



DOI: 10.33947/1980-6469-V17N2-4444

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE PAULO FREIRE COMO MECANISMOS DECOLONIZADORES**PAULO FREIRE'S PEDAGOGICAL PRACTICES AS DECOLONIZING MECHANISMS**Walace Rodrigues¹

Submetido em: 20/08/2020

Aprovado em: 01/04/2022

RESUMO

Este trabalho busca compreender a educação ensinada por Paulo Freire (1921-1997) como um fazer educacional de caráter decolonizador. Compreendendo o movimento decolonizador como um processo de abertura para os resistentes mecanismos de dominação dos oprimidos, entendendo que as metodologias educativas Freireanas levam-nos a trabalhar com o aguçamento da criticidade do educando, caminhando, portanto, para a um abrir de olhos em relação ao mundo que o cerca. Neste movimento de enxergar o mundo com uma visão mais ampliada, o oprimido consegue compreender os mecanismos de dominação a qual está submetido e que tais mecanismos têm suas raízes na brutal herança histórica brasileira de colonização forçada e de dominação e submissão das populações e grupos mais vulneráveis. Neste sentido, o cidadão pouco educado formalmente acaba por sofrer uma aporofobia social, que seria a rejeição aos pobres. Isso pode ser visto em nossa sociedade atual, onde o governo claramente prioriza os mais ricos. A revelação dos mecanismos de reprodução de uma estrutura social de dominação masculina, patriarcal, colonizada, elitista, preconceituosa, racista e classista brasileira deve fazer parte de uma educação crítica, assim como aquela apregoada por Freire. Vemos que não somente seu método de alfabetização para adultos pode ser explorado como um mecanismo de fazer crítico, mas também a compreensão freireana para uma educação através do diálogo e da afetividade, deixando perceber uma concepção ética de educação que valoriza o homem, seus saberes e sua natureza transformadora da educação. Esta apresentação tem caráter qualitativo-analítico e baseia-se em uma bibliografia da área da Educação e da Filosofia.

PALAVRAS-CHAVE: Paulo Freire. Criticidade. Diálogo. Afetividade. Humanização.

ABSTRACT

This paper seeks to understand the education taught by Paulo Freire (1921-1997) as an educational work of decolonizing character. Understanding the decolonizing movement as a process of openness to the resistant mechanisms of domination of the oppressed, we understand that freirean educational methodologies lead us to work with the sharpening of the criticality of the student, thus moving to an eye opener in relation to the world around him/her. In this movement of seeing the world with a broader vision, the oppressed can understand the mechanisms of domination to which they are subjected and that have their roots in the brutal Brazilian historical heritage of forced colonization, domination and submission of the most vulnerable populations and groups. In this sense, the formally uneducated citizen ends up suffering a social aporophobia, which would be the social rejection of the poor people. This can be

¹ Pós-Doutor pela Universidade de Brasília UnB/POSLIT. Doutor em Humanidades, mestre em Estudos Latino-Americanos e Ameríndios e mestre em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Universiteit Leiden (Países Baixos). Licenciado pleno em Educação Artística pela UERJ e com complementação pedagógica em Letras/Português e em Pedagogia. Professor Adjunto da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Docente do Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire/UFNT) e da Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal do Norte do Tocantins (PPGLLit/UFNT). Pesquisador no grupo de pesquisa Grupo de Estudos do Sentido - Tocantins GESTO e no Grupo de Estudos e Pesquisa em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais, ambos da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) CAPES/CNPq. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9082-5203>. E-mail: walace@uft.edu.br



seen in our current society, where the government clearly prioritizes the wealthiest. The revelation of the Brazilian mechanisms of reproduction of a social structure of male, patriarchal, colonized, elitist, prejudiced, racist and classist domination should be part of a critical education, as well as that touted by Freire. We see that not only his method of literacy for adults can be explored as a critical mechanism, but also freirean understanding for an education through dialogue and feelings, allowing us to perceive an ethical conception of education that values man, his knowledge and his transformative nature of education. This presentation has a qualitative-analytical character and is based on a bibliography of the area of Education and Philosophy.

KEYWORDS: Paulo Freire. Criticality. Dialogue. Affectivity. Humanization.



1 INTRODUÇÃO

“O poder são relações.
O poder são relações entre indivíduos,
uma relação que consiste que um pode conduzir a conduta do outro,
determinar a conduta do outro.
E determinada voluntariamente em função
de uma série de objetivos que são seus”
(Michel Foucault, 1981).

Este trabalho foi inicialmente apresentado como uma fala em mesa redonda do grupo de trabalho “Educação e decolonialidade” do “XIII Seminário Internacional da Francofonia, XIII Seminário Brasil-Canadá de Estudos Comparados e VI Colóquio Internacional de Estudos Comparados”, ocorridos entre os dias 18 e 20 de agosto de 2020 e sediados, de forma online, pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS.

Sabemos que as práticas pedagógicas de Paulo Freire, já na década de 1960, eram vistas como subversivas pelos militares da ditadura (1964-1985), pois elas faziam com que os aprendizes se tornassem **pessoas conscientes de suas sofridas realidades**. Isso fazia com que a educação pelos moldes freireanos questionasse duras realidades de pobreza e falta de escolarização da população.

Neste sentido, podemos pensar as práticas educativas freireanas como mecanismos de decolonização, pois a educação pode, sim, fazer com que as pessoas se tornem mais críticas, questionem e exijam mudanças em relação a suas duras realidades sociais. Realidades estas que são uma herança de nossa colonização e que persistem até hoje.

Vale dizer que este artigo baseia-se numa bibliografia de educadores para tentar dar conta de compreender o trabalho educacional freireano como prática decolonizadora. Nossa análise aqui será qualitativa a partir das citações incorporadas ao texto e que nos levarão a uma discussão crítica do tema.

A prática pedagógica de Paulo Freire e decolonização

Podemos dizer, já a partir de nosso segundo parágrafo da introdução, que a **“deseducação” escolar da população mais pobre e votante era um projeto de governo**, uma política pública: precarizar a educação pública para que os mais pobres não questionassem e somente fizessem o que eram mandados. Como diz o ditado popular: “Manda quem pode e obedece quem tem juízo”. Neste sentido, os vários governos brasileiros abstiveram-se de oferecer uma educação de ótima qualidade para a população, principalmente para aquela mais carente. Os esforços dos governos do Partido dos Trabalhadores na presidência da república em melhorar o nível educacional da população brasileira e incluir negros, indígenas e os mais pobres foram destruídos pelos governos seguintes. Hoje gasta-se mais em defesa do que em educação e saúde juntas.

Contra este pensamento da ditadura militar de ver o povo como manada não pensante, Paulo Freire cria uma visão educativa que partia das duras realidades dos analfabetos, ensinando a ler e a escrever a partir de suas vivências e experiências. Lendo o próprio mundo para, então, ler as letras. Vale apresentar brevemente o educador Paulo Freire:

Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997), mais conhecido somente como Paulo Freire, foi um advogado por formação e um educador e filósofo da educação por vocação. Trabalhou com temas relevantes para o Brasil: alfabetização de adultos, educação popular e outros temas da pedagogia escolar em geral. Ele criou um método de alfabetização para adultos que buscava ensinar a partir da realidade do educando e não de cartilhas completamente fora do contexto social e cultural do educando, principalmente nordestino. (RODRIGUES; AZEVEDO, 2019, p. 49).



No entanto, tais práticas pedagógicas eram vistas como subversivas pelo governo militar da época, momento em que Freire começou seu projeto de educação popular, como nos diz Valéria da Hora Bessa, refletindo sobre uma primeira prática pedagógica de Freire:

[...] destaca-se a experiência da cidade de Natal, em 1961, com a campanha “De pé no chão também se aprende a ler”, integrando educação popular e educação escolar, tendo Paulo Freire à frente das ações que deram origem à Pedagogia Libertadora. Tal pedagogia tinha como principal bandeira a de que todo ato educativo é, em si, um ato político. [...] Ainda na década de 1960, os ideários de Paulo Freire são deturpados e sua Pedagogia é associada aos Movimentos marxistas e socialistas. [...] O projeto de Educação Popular promovido por Paulo Freire é paralisado definitivamente pelo Golpe Militar de 31 de março de 1964 (BESSA, 2008, p. 21, grifo nosso).

É o próprio Freire quem nos informa o que é esta Educação Libertadora e como ela funciona na prática:

Na educação para a libertação, o instrutor convida o aluno a conhecer, a descobrir a realidade de maneira crítica. Assim, enquanto a educação em vista da domesticação procura consolidar a falsa consciência de modo a facilitar a adaptação à realidade, a educação para a libertação não consiste apenas em impor a liberdade (FREIRE, 1997, p. 22, grifo nosso).

Desta forma, a educação parte de **um convite para o diálogo** sobre o que se pode conhecer e descobrir a partir da realidade dos educandos. Sempre pensando em fomentar a criticidade do educando, Freire enxergava um caminho de libertação para os oprimidos estudantes que compreendiam suas realidades e buscavam meios para agir sobre elas.

Ainda, pensamos que **descolonizar seja um processo ideológico de percepção de realidades opressoras com raízes coloniais e a prática diária e consistente de desconstrução dessas realidades**, assim como apreçoava a Pedagogia Libertadora. A indiana Gayatri Spivak fala-nos do que seria esse mecanismo de desconstrução.

Desconstrução não diz que não há sujeito, que não há verdade, que não há história. Ela simplesmente questiona os privilégios de identidade de alguém que acredita ter a verdade. Ela não é a exposição do erro. Ela está, constante e persistentemente, buscando como as verdades são produzidas. Daí o porquê que desconstrução não diz que logocentrismo é uma patologia, ou que fechamentos metafísicos são algo de que você pode escapar. Desconstrução, se alguém necessita uma fórmula, é, entre outras coisas, uma crítica persistente do que uma pessoa não pode não querer (SPIVAK, 1996, p. 27-28, tradução nossa, grifo nosso).

Compreendemos que **não pode haver desconstrução de estereótipos e preconceitos sem um processo educativo sistemático** que deixe ver “a dor e a delícia de ser o que é” (Parafrazeando Caetano Veloso). Nossas mazelas socioculturais ficam, neste processo, portanto, expostas num coerente processo de desconstrução de ideologias falseadoras da realidade.

A descolonização do ser humano passa, primeiro, por uma tomada de consciência de seu estado de opressão e de sua inclusão no sistema capitalista neoliberal de standardização dos saberes, fazeres, coisas e pensamentos. E, para além da tomada de consciência, segundo, pensam-se em ações eticamente possíveis em relação a nós seres humanos e ao planeta em que vivemos (...) a descolonização tenta balancear as relações assimétricas de poder deixadas pelo sentimento colonialista. E esse balanceamento não é tarefa simples, já que todo o processo colonial era pautado em relações complexas de poder, até mesmo sobre nossos corpos (RODRIGUES, 2019, p. 233, 236, grifo nosso).



Sobre a colonização brasileira e suas sequelas socioculturais, a arte-educadora Ana Mae Barbosa esclarece nosso complicado processo colonizador a partir de nossa realidade educacional no Brasil colônia:

A consciência de ser colonizado dos brasileiros é titubeante, confusa e mal-explicitada. Precisariamos de um decodificador cultural como Frantz Fanon para nos analisar, pois só alguém como ele, psicanalista, antropólogo e anticolonialista, daria conta de nossa conturbada personalidade colonizada. Diferentemente dos outros países da América do Sul e da maioria dos países colonizados do mundo, depois de três séculos de dominação portuguesa, de repente nos vimos como capital do Reino Português. Os anos anteriores de dominação tinham sido muito degradadores, como, em geral, o foi a colonização europeia. Proibidos de termos imprensa, escolas superiores e mesmo um ensino primário e secundário organizado, fomos domados pelos jesuítas e mesmo eles terminaram por ser expulsos do Brasil pelo poder central, configurado pelo Marquês de Pombal. Até aí a história é a mesma de qualquer país descoberto pelos europeus. Estávamos condenados à ignorância e a receber como habitantes os prisioneiros e indesejáveis do país que nos dominava (BARBOSA, 1995, p. 59, grifo nosso).

Considerando que a educação em instituições escolares é uma atividade humana e inserida em determinado contexto sociopolítico e cultural, é pertinente problematizar: Como podemos decolonizar as consciências dos nossos estudantes a partir dos processos educacionais escolares?

Vemos que **decolonizar significa, primeiro, deixar ver os problemas causados por nossa mentalidade colonizada, escravocrata, classista, elitista e de segregação, e, segundo tentar desconstruir tais mentalidades**. Decolonizar é exercício doloroso, principalmente para aqueles grupos sociais privilegiados, mas que deve ser executado para que se tenha clareza das nossas vulnerabilidades socioculturais e atacar seus problemas, como no caso da educação pública para aos grupos mais carentes.

Paulo Freire, através de sua práxis educativa voltada para os oprimidos, revela-nos uma forma de compreender a educação como um elemento transformador de realidades. O próprio Freire nos diz que: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67). Acreditamos, portanto, que **sua Pedagogia Libertadora é um exercício de humanização, em primeiro lugar, e de decolonização, em segundo lugar, pois acredita nas potencialidades positivas do aprendiz**, tomando a realidade deste último como início do processo de ensino-aprendizagem, sempre revelando a crueldade das relações de poder existentes na sociedade (isso para o aprendiz mais perspicaz). Freire nos fala que:

A clarificação da realidade, sua compreensão crítica, a inserção do homem nela - tudo isso é uma tarefa demoníaca, absurda, que a concepção bancária não pode suportar. Disso resulta os educandos inquietos, criadores e refratários à coisificação, sejam vistos por essa concepção desumanizante como inadaptados, desajustados ou rebeldes. A concepção bancária, por fim, nega a realidade de devenir. Nega o homem como um ser da busca constante. Nega a sua vocação ontológica de ser mais. Nega as relações homem-mundo, fora das quais não se compreende nem o homem nem o mundo. Nega a criatividade do homem, submetendo-o a esquemas rígidos de pensamento. Nega seu poder de admirar o mundo, de objetivá-lo, do qual resulta o seu ato transformador. Nega o homem como um ser da praxis. Imobiliza o dinâmico. Transforma o que está sendo no que é, e assim mata a vida. Desse modo, não pode esconder a sua ostensiva marca necrófila. A concepção humanista e libertadora da educação, ao contrário, jamais dicotomiza o homem do mundo. Em lugar de negar, afirma e se baseia na realidade permanentemente mutável. Não só respeita a vocação ontológica do homem de ser mais, como se encaminha para esse objetivo. Estimula a criatividade humana (FREIRE, 1997, p. 13, grifo nosso).

Ainda, a aprendizagem das letras está acompanhada de outros ensinamentos importantes, como o aprendizado do valor das liberdades. Assim, como sabemos que não há neutralidade nas práticas de ensino-aprendizagem,



compreendemos o grande interesse governamental nos currículos escolares, tentando sempre manipulá-los para suas agendas “escondidas”.

Marcamos aqui alguns aspectos que mostram como as práticas pedagógicas freireanas são verdadeiramente mecanismos decolonizadores. O primeiro aspecto é em relação ao diálogo, pois a pedagogia de Freire é dialógica, em oposição às violências sócio-históricas da sociedade brasileira.

Nossa educação sempre foi baseada no autoritarismo, na punição e na opressão. Isso desde os primórdios do Brasil colônia, como já nos disse Ana Mae Barbosa (1995, p. 59), pois “fomos domados pelos jesuítas”. Tal educação tradicional e autoritária desconsiderava a autonomia dos estudantes e o valor de seus fazeres e saberes como contributo para sua educação escolar.

Sobre essa cruel violenta e desigual sociedade no Brasil, Rodrigues fala-nos das realidades de vulnerabilidade educacional enfrentadas por muitos estudantes brasileiros:

Temos a impressão de que o Brasil se divide em dois: um rico e um pobre. As diversas realidades existentes na vida e na educação dos brasileiros leva a salientar a necessidade de uma escola voltada para as diversas situações objetivas de cada grupo e de cada local. Neste sentido, podemos notar que a realidade humana se sobrepõe aos ensinamentos escolares. As necessidades básicas de subsistência e as estratégias para continuar vivendo dignamente fazem com que a educação tenha que se voltar, sem demora, para as situações da realidade objetiva dos estudantes enquanto ponto de partida de qualquer conteúdo escolar (RODRIGUES, 2018, p. 27).

Outro ponto da teoria freireana a levar em conta é a **afetividade**. Ela é descrita por Freire como um exercício de empatia para com o educando e de respeito ao “outro” e às diferenças. É um sério querer bem aos educandos, mas sempre com alegria. Freire (1997, p. 161) diz-nos que: “A prática educativa é tudo isso: afetividade, alegria, capacidade científica, domínio teórico a serviço da mudança”.

Voltamos a lembrar que muitos de nossos estudantes vêm de realidades difíceis, de lugares longínquos, de situações de vulnerabilidade social, entre outras marcantes realidades de pobreza, exclusão e opressão. Vale pensar sobre os ensinamentos freireanos em relação à questão da valorização da realidade de educador e dos educandos. Freire (1997, p. 76, grifo nosso) explica-nos que a “**capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a**”. Neste sentido, aprendemos a partir da realidade e aprendendo podemos buscar modificar nossa realidade.

Sobre esta questão de aprender a partir da realidade, Rodrigues informa-nos sobre a necessidade de aprendermos a partir de uma educação que ele chama situacional. Isso leva a um aguçamento da problematização e da criticidade, tanto para estudantes quanto para professores:

[...] defendemos que as práticas educacionais escolares devem ser um reflexo das situações concretas vividas pelos estudantes. Essas situações servem como ponto de partida para os conteúdos a serem ensinados e como exemplos destes conteúdos. Tais conteúdos explicados a partir das vivências dos alunos devem fazer com que eles se tornem seres realmente pensantes, indagadores e críticos (RODRIGUES, 2018, p. 36, grifo nosso).

Neste caminho, se pensamos criticamente, poderemos agir mais conscientemente sobre nossa **realidade**. Assim, podemos compreender a educação como um ato ideológico por natureza, pois sempre há uma ou mais ideologias norteadoras, por exemplo, nos currículos educacionais apontados pelos governos. Rodrigues fala-nos sobre **os currículos escolares como campos de batalhas ideológicas**, onde várias forças tentam **dominar o discurso escolar**. Ele vê o currículo como:

Podemos dizer que o currículo é muito mais do que uma simples enumeração de diretrizes e conteúdos a



serem trabalhados no âmbito escolar. Ele pode ser entendido como uma construção histórico-cultural dos saberes escolares e vem sofrendo, ao longo do tempo, transformações em suas definições [...] os professores necessitam conhecer os temas concernentes ao currículo de suas áreas de atuação e os sentidos expressos por sua orientação ideológica. As várias correntes pedagógicas que atravessaram a educação brasileira foram retratadas nos currículos escolares. Isso reforça nossa afirmação de que o currículo da educação básica é uma construção histórica de compreensões sobre o que deve ser a educação (RODRIGUES, 2016, p. 224-225, grifo nosso).

Outro ponto da teoria freireana a ressaltar é a visão da educação como um ato político, pois, como já vimos, toda educação é ideológica e um ato político por natureza, sendo uma forma de intervir no mundo. Temos que fazer, enquanto educadores, um esforço educativo de desconstrução, de “desmascaramento” (FREIRE, 1995, p. 110) da ideologia de dominação das classes mais abastadas sobre as mais vulneráveis.

O professor Moacir Gadotti, falando sobre o pensamento de Paulo Freire de relacionar pedagogia e política, informa-nos que:

[...] o “analfabeto político” não consegue entender as causas de sua pobreza econômica. Por isso, Paulo Freire associava alfabetização e politização. A pedagogia neoliberal é uma pedagogia da exclusão justamente porque reduz o pedagógico ao estritamente pedagógico, buscando retirar da pedagogia a sua essência política. A pedagogia da esperança é o oposto da pedagogia da exclusão. Ensinar é inserir-se na história: não é só estar na sala de aula, mas em um imaginário político mais amplo (GADOTTI, 2001, p. 35).

Neste mesmo sentido, Rodrigues nos chama a atenção para a necessidade de uma educação para a liberdade de escolhas e para o empoderamento dos oprimidos:

[...] manter o silêncio sobre a falta de oportunidade para os oprimidos modificarem suas realidades também é uma forma de compactuar com a hegemonia da desigualdade existente nos países em desenvolvimento. Daí a necessidade de estratégias de empoderamento das pessoas a partir da liberdade para que elas possam escolher suas formas de vida, não sendo obrigadas a viver uma vida cerceada por forças que as lhes enfraquecem e desestimulam a progredir. (RODRIGUES; AZEVEDO, 2019, p. 54, grifo nosso).

Vimos que uma educação tradicional acaba por legitimar a imposição de seus sistemas de poder em relação aos estudantes mais vulneráveis. Contra qualquer forma de violência, Freire nos ensina a ensinar a autoridade sem ser autoritário:

A herança brasileira é colonial, de natureza autoritária. E temos nessa herança a sublevação da liberdade. Mas temos também, ao longo da nossa história, as expressões de luta contra a repressão, os “Quilombos”. Vivemos no Brasil de um lado a repressão, de outro os quilombos. E eu vejo os quilombos como a expressão da ansiedade legítima da liberdade. É preciso que, como educador, a gente ponha de lado o equívoco e, como o político faça a clarificação do exercício da autoridade. E uma das tarefas da autoridade, no seu exercício ético, é limitar o exagero da liberdade, é proibir. A proibição é legítima quando ela se funde no princípio ético de amor à vida (FREIRE, 1994, p. 9, grifo nosso).

Vemos, portanto, que a Educação Libertadora, como pensada e praticada por Paulo Freire, ocorre através do exercício do diálogo sobre as realidades dos educandos, mas sempre com afetividade e atenta ao caráter crítico, posto que político, da educação escolar, principalmente para as camadas mais vulneráveis da sociedade, mas sempre sem confundir autoridade com autoritarismo. Neste sentido, as práticas da Pedagogia Libertadora têm um caráter não somente decolonizador, mas também humanista, pois acredita no homem e na sua capacidade de



crescimento intelectual e crítico, transformando sua realidade.

Considerações finais

Buscamos, neste texto, encontrar um relato alternativo aos discursos hegemônicos de poder na área da educação escolar brasileira. Para tal, tentamos compreender as práticas pedagógicas de Paulo Freire como importantes mecanismos decolonizadores, pois questionam as estruturas socioculturais existentes, “desmascarando” as ideologias dominantes por trás de algumas políticas públicas educacionais voltadas para os mais pobres, mas que têm como verdadeiro intuito a submissão das populações e grupos mais vulneráveis a um sistema de exploração de mão de obra barata e de espoliação de direitos.

Tentamos esclarecer, através de alguns aspectos da prática freireana, sendo eles o diálogo, a afetividade, a realidade, a política e a autoridade, como funciona este mecanismo que tenta desestabilizar as relações assimétricas de poder, buscando ressignificá-las através do incentivo ao exercício da criticidade dos educandos, mecanismo este de desconstrução de discursos hegemônicos de poder. Discursos esses marcadamente históricos e que caracterizam, ainda hoje, nossa sociedade.

Também vemos que a falta de reflexão crítica pode levar ao controle dos indivíduos por vários tipos de organizações (como aquelas das mídias, por exemplo). Daí a necessidade de educar bem e criticamente a população para que faça suas escolhas de forma consciente e não manipulada.

Compreendemos que decolonizar a educação e as consciências brasileiras não é tarefa fácil, pois requer um deslocamento de valores e uma abertura crítica para as realidades que nos cercam, exatamente como apregoava Paulo Freire. Fazendo com que entremos em um processo doloroso de desconstrução de estereótipos e posições sociais privilegiadas muito demarcadas em nossa própria sociedade.

Vimos uma clara relação entre a pedagogia freireana e a decolonização, pois Freire trabalha com um processo crítico de aguçamento e percepção das realidades opressoras dos estudantes, realidades estas ainda herança de nossa colonialidade de pensamentos e fazeres. A atividade escolar libertadora vai de encontro, portanto, à prática diária e consistente de desconstrução das realidades opressoras, pois as desvela de sua carga de falsas atualidades e mostra suas raízes coloniais de poder.

Relembramos que essa desconstrução de colonialidades a partir da utilização de uma pedagogia freireana se dá por meio do diálogo, da afetividade, da valorização da realidade do educando, da autoridade sem autoritarismo e da compreensão da educação como um ato ideológico por natureza e, por conseguinte, político. Da prática educativa por meio da Pedagogia Libertadora freireana resultam educandos mais inquietos, mais criadores, mais criativos e mais refratários à coisificação do ser humano.

Concluindo, vemos que a prática pedagógica freireana nos serve como exemplo de um fazer decolonizador que parte do ambiente escolar para fora dos muros da escola, pois busca ensinar a partir de situações reais e cotidianas, partindo da compreensão do mundo que cerca o estudante e levando-o a um estado de letramento crítico de suas realidades histórico-sociais. Além disto, espera-se que esta pessoa alfabetizada siga pelos caminhos que levam ao letramento e à criticidade social em relação às suas realidades, transformando-se e sempre aumentando seus conhecimentos e suas inquietações indagadoras em relação às situações que a oprime, buscando sempre compreendê-las e desconstruí-las.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Mae. Educação Pós-colonialista no Brasil: Aprendizagem Triangular. Comunicação e Educação, São Paulo, n. 21, p. 59-64, jan./abr. 1995.

BESSA, Valéria da Hora. Teorias da Aprendizagem. Curitiba: IESDE Brasil, 2008.



FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault na Universidade Católica de Louvain em 1981 – Trad. Santos. Berten entrevista Foucault (1981). Clinicand, 15 abr. 2018 por Anderson dos Santos. Disponível em: <http://clinicand.com/2018/04/15/entrevista-com-michel-foucault/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FREIRE, Paulo. Ensinar, aprendendo. Publicação da escola comunitária de Campinas. O Comunitário, ano. VI, n. 38, p. 5-9, mar. 1994.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GADOTTI, Moacir. Um legado de esperança. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 91).

RODRIGUES, Wallace. Educação situacional: ensinar a partir de situações reais. Revista Acadêmica Magistro, Unigranrio, v. 2, n. 18, p. 25-37, 2018, ISSN 2178-7956.

RODRIGUES, Wallace. Refletindo sobre um caminho descolonizador para o corpo humano. Revista Humanidades e Inovação, Unitins, v. 6, n. 12, p. 232-239, 2019, ISSN 2358-8322.

RODRIGUES, Wallace. Reflexões sobre o III Fórum de Licenciaturas da UFT: o currículo como campo de batalhas ideológicas. Revista Entreletras (Araguaína/ TO), v. 7, n. 2, 221-231, jul./dez. 2016. ISSN 2179-3948 – online.

RODRIGUES, Wallace; AZEVEDO, Raquel Torquato Rodrigues de. Relações entre a Pedagogia Libertadora de Paulo Freire e as Liberdades Substanciais de Amartya Sen. Revista Querubim – revista eletrônica de trabalhos científicos nas áreas de Letras, Ciências Humanas e Ciências Sociais, ano. 15, n. 39, v. 6, p. 48-79, 2019, ISSN 1809-3264.

SPIVAK, Gayatri; LANDRY, Donna; MACLEAN, Gerald (org.). The Spivak reader. New York: Routledge, 1996.